



## **PAULO FREIRE E O TEMA DA SEXUALIDADE NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1989-1992)**

**Cileda dos S. Sant'Anna Perrella<sup>1</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

Este texto trata da inserção do tema da sexualidade como política educacional do município de São Paulo (1989-1992), tendo Paulo Freire como secretário de educação. O objetivo é resgatar o "Projeto Orientação Sexual - POS" focando a autonomia e o respeito aos educandos (FREIRE, 1996; 2001). A metodologia é qualitativa com análise documental, a partir de registros das ações do projeto desenvolvido numa escola municipal da zona leste da capital (THIOLLENT, 2000).

O contexto político, social, educacional entre as décadas 1980 e 1990 foi propício para ousar em propostas que colocavam temas "tabus" no centro das discussões educacionais e, nesse cenário, inserir o debate da sexualidade e gênero foi inegavelmente uma conquista, interessante novidade e importante experiência.

Na capital paulista (1989-1992), o quadro sobre a temática evidenciava alguns impasses, entre eles ter em conta que, para muitas famílias, o tema, de difícil abordagem, caberia à escola por contar com pessoas supostamente mais preparadas para a sua discussão. Já na escola, inúmeros docentes se posicionavam no sentido de considerá-lo campo de discussão do âmbito familiar. O consenso se dava quanto à importância do assunto diante de sua presença na vida estudantil. Tinha-se o entendimento que o tema carecia de ser tocado na escola, cabendo à docência o importante papel de mediação considerando a autonomia e o respeito ao educando (FREIRE, 1996, 2001).

A proposta desenvolvida nas escolas tem raros registros, sejam eles

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela FEUSP. Docente na Faculdade Zumbi dos Palmares, São Paulo, SP. Foi docente da experiência relatada. Cileda.perrella@gmail.com.



acadêmicos ou de outra natureza. A temática é foco desse artigo e relatamos a seguir.

## **POLÍTICA EDUCACIONAL, AUTONOMIA E RESPEITO**

Em 1989, no cenário da abertura democrática do país, o Partido dos Trabalhadores chega ao executivo municipal na cidade de São Paulo, tendo à frente a então prefeita Luiza Erundina e como secretário de educação o professor Paulo Freire (1989 – 1991).

Como um dos primeiros atos, Freire publicou no Diário Oficial do Município de São Paulo (01/02/1989) “Aos que fazem a Educação conosco em São Paulo”, definindo os eixos norteadores da política educacional:

Ampliar o acesso e a permanência dos setores populares; Democratizar a gestão, o poder pedagógico e educativo; Melhorar a qualidade da educação, mediante a construção coletiva de um currículo interdisciplinar e a formação permanente do pessoal docente; Eliminar o analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo; Formar cidadãos críticos e responsáveis (FREIRE, 2001, p. 98).

Como ressalta Jacobi (1995), os sujeitos do processo educativo são chamados a participar. A ênfase na autonomia da escola e dos (as) educandos (as) aliada às propostas descentralizadoras passa a marcar de forma contundente a política educacional da cidade.

O “Projeto Orientação Sexual - POS”, articulado à reorientação curricular, consistiu em trabalhar o tema da sexualidade nas escolas com estudantes do 5º ao 8º ano do Ensino Fundamental, pautado pelas premissas da construção coletiva; autonomia dos(as) estudantes; currículo indissociado da vida, respeito ao educando(a), da humanização como vocação ontológica do ser (FREIRE, 2001; 2005).

*Etapas da proposta:* Criação de uma equipe de supervisão na SME para acompanhar a escola; Formação qualificada do(a) professor(a) mediador(a) para atuar na escola; Definição de critérios para o desenvolvimento do projeto na relação escola-Secretaria Municipal de Educação (SME), escola-famílias,



docente-discente.

Entendia-se Orientação Sexual como ações mediadas pelo(a) docente, devendo respeitar o momento da vida do(a) adolescente, expectativas e interesses quanto às questões de sexualidade, corpo, gênero, sentimentos, emoções.

*Objetivos* – não separar vida de educação; ajudar a conhecer, entender e refletir sobre a vida dos adolescentes; autonomia; autoconfiança; entrosamento respeitoso entre todas as pessoas; refletir sobre a importância de cada um na escola, na família e na sociedade; aproximar famílias e filhos(a), famílias e escola; ouvir e dialogar sobre interesses, necessidades e expectativas púberes e adolescentes; desmistificar temas considerados “tabus”.

*Curso de formação* – com o propósito de afinar concepções, metodologias, posturas, a SME ofereceu aos educadores interessados inscritos, um curso inicial de 120h. Uma das observações feitas foi não ter como pré-requisito ser professor(a) de ciências e biologia, sendo mais importante o tipo de relação que o profissional deveria estabelecer com a turma, não necessariamente pelo domínio do conteúdo de informações sobre o corpo. Temia-se que o educador transformasse a proposta em aulas de ciências com predomínio da fala docente, cobranças, decorações de nomes, posturas escolarizadas. Naquele espaço, seriam adolescentes, púberes, não alunos(as).

*Supervisão* – Formada por psicólogos(as), terapeutas psicossociais e educadores(as) experientes com o tema, cada um(a) teria um ou mais grupos constituídos por representantes das escolas para acompanhar.

*Periodicidade* - Os encontros com a supervisão eram quinzenais e do(a) educador(a) com estudantes semanais (fora do horário de aula).

No encontro de supervisão, as situações apresentadas por cada docente, recebia coletivamente os encaminhamentos mais adequados. A existência da supervisão conferia ao mediador(a) mais segurança em suas ações na escola.



*Material de apoio* – O Projeto contava com material didático de apoio, e sugestão de diferentes dinâmicas de grupo para atuar com os estudantes na escola. O material de destaque era o livro *Conversando Sobre Sexo* e o Caderno de Apoio do Educador da autora Marta Tereza Suplicy, psicóloga e sexóloga. Como referencial teórico sobre educação e vida foi estratégico o estudo *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire.

## **ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA NA ESCOLA**

Foi previsto no Projeto conversar com as famílias. Tratava-se de aproximá-las da escola e da proposta. Fez parte do diálogo esclarecer que os encontros eram direito dos estudantes que quisessem, e que, em função das diversas religiões, crenças, costumes, novidade do debate, solicitava-se a autorização para o trabalho específico que dependeria do entendimento, apoio e parceria com as famílias.

*Organização dos grupos de adolescentes* – O Projeto foi apresentado aos estudantes e montada a lista de interessados. Entre olhares de vergonha, piadinhas sobre o tema, estranhamento da novidade, o número de inscritos(as) superou expectativas. Turma mista com 15 a 25 estudantes.

*Preparo do espaço físico* – A escola deveria providenciar um espaço que fosse calmo, protegido de muitas agitações externas, que preservasse as conversas ali desenvolvidas, diferente do modelo de sala de aula, sem carteiras, com cadeiras, com almofadas, tapete grande que proporcionasse possibilidade de relaxar o corpo e a mente.

*Contrato* - No primeiro encontro, a apresentação dos(as) participantes, de forma lúdica, foi seguida da proposta de construção de um contrato com que definisse o que era importante para o coletivo como: respeito entre todos(as); não usar nomes de pessoas do grupo ou da escola em situações a serem debatidas; não reproduzir falas do grupo fora dele uma vez que estas estariam sujeitas a interpretações indevidas por estar fora do contexto; sempre que necessário rever o contrato.



*Levantamento de expectativas* – Elas eram registradas para ter a possibilidade de retomá-las sempre que necessário.

*Agrupamento das demandas* – Era realizado em blocos de itens que poderiam ser contemplados num mesmo dia de debate ou na organização dos temas dos encontros seguintes.

*Desenvolvimento das atividades* – As atividades eram organizadas tendo como ponto de partida a fala e o interesse dos estudantes e a escuta atenta do mediador. Temas como drogas, aborto, abuso sexual, violência doméstica, AIDS, gênero surgiam em atividades iniciadas, por exemplo, com questões como: *Quais os medos das meninas? Quais os medos dos meninos?* Ou com atividades que exigiam negociação entre eles para dar continuidade a um debate e traçar um fim para uma história apenas iniciada pela mediadora. Exemplo: *"Fiquei tão triste quando [...]".* Somavam-se a essas atividades, debates, encenações, desenhos, filme, músicas, poesias, meditação, relaxamento entre outras propostas.

*Os registros* – Realizados de forma diversificada, eram explorados para continuidade das discussões do grupo e também constituíam o material base para os encontros com a supervisão.

## **CONSIDERAÇÕES**

Como política educacional, a proposta foi peculiar na cidade. Contou com o apoio das famílias envolvidas, desencadeando a formação de grupos de formação também de famílias.

Foi perceptível o receio de docentes atuarem com o tema. Nem todas as escolas contaram com representantes nos importantes encontros com a supervisão.

Abusos sexuais, maus tratos, violência doméstica, foram relatados. Também curiosidades, amorosidade, boniteza, sonhos, fantasias, aspirações tiveram espaço garantido.

Contraditoriamente, a continuidade do projeto dependeu mais da



adesão, perfil e disponibilidade docente do que da necessidade da escola e estudantes.

Mesmo com a saída de Freire, seu legado permaneceu. A proposta continuou na escola para além da administração do PT. Debater temas e não nomes de pessoas foi uma importante chave para o cultivo do respeito mútuo.

A proposta iniciada há mais de 30 anos mostra sua relevância, necessidade e atualidade com perspectiva humanizadora.

## REFERÊNCIAS

JACOBI, P. R. (Coord.). Descentralização, educação e democracia: o caso do município de São Paulo (1989-1992). **Cadernos Cedec**, São Paulo, n. 49, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 2000.